

Angela Aparecida Silva de Paula

**REDE DE CIDADANIA FINANCEIRA DO BANCO CENTRAL:
O CASO DE CHAPADA GAÚCHA**

Brasília – DF

Junho/2018

REDE DE CIDADANIA FINANCEIRA DO BANCO CENTRAL: O CASO DE CHAPADA GAÚCHA

Autora: Angela Aparecida Silva de Paula
Instituição: Banco Central do Brasil - BC

Palavras-chave: Cidadania Financeira, Educação Financeira, Desenvolvimento Local e Cooperativismo.

Resumo Analítico: O presente trabalho se propôs a apresentar a Rede de Cidadania Financeira como estratégia adotada pelo BC para a disseminação de suas ações de educação financeira e a discutir a atuação dessa Rede como promotora ou apoiadora do processo de desenvolvimento local nas comunidades onde está inserida, estudando o caso de município de Chapada Gaúcha. No século XXI ocorreu a ascensão de milhares de brasileiros à classe média e à bancarização. O acesso ao Sistema Financeiro impulsionou o consumo e a abertura de negócios de pequeno e médio portes. Utilizar o SFN em um mercado com memória inflacionária, altas taxas de juros e sem conhecimento adequado levaria, inevitavelmente, ao endividamento das famílias. Seguindo as orientações da OCDE, o Brasil instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira, da qual o Banco Central do Brasil faz parte e, como membro, desenvolve seus programas setoriais, dos quais fazem parte a Rede de Cidadania Financeira e o Programa de Formação de Facilitadores em Gestão de Finanças Pessoais (PFFGFP), estratégias utilizadas pelo BC para ganho de escala e capilaridade em suas ações de educação financeira. Concluímos que o fator primordial para o sucesso do Programa nesse município foi a sua inserção em uma política pública já existente e consolidada, nesse caso, a introdução da disciplina Cultura Empreendedora, Cooperativista e Financeira nas escolas municipais. Além disso, a forte influência e presença da cooperativa local contribuíram para os resultados alcançados neste município.

1. INTRODUÇÃO

No entendimento do Banco Central, Cidadania financeira é um conceito relativo aos direitos e deveres do cidadão quando o assunto é sua vida financeira e sua promoção contribui tanto para a eficiência do Sistema Financeiro Nacional (SFN), como para a manutenção da estabilidade econômica do País. A sua promoção é hoje um dos principais focos de trabalho do Banco Central do Brasil (BC) e está inserida nas agendas nacional e internacional.

A educação financeira vem ganhando cada vez mais espaço na atualidade, tendo em vista a recente inclusão de uma milhares de pessoas no Sistema Financeiro Nacional (SFN) e a complexidade dos produtos e serviços lá disponíveis, promovidos pela estabilidade da moeda e pelo crescimento econômico.

Diante disso, a temática Educação Financeira foi selecionada como objeto do presente trabalho devido à sua fundamental importância para o contexto econômico e social, haja vista que um ambiente de relações financeiras sustentáveis é fator catalisador para o desenvolvimento social e econômico de um país. Nessa perspectiva, a educação financeira atua como força relevante para o bom relacionamento do cidadão com SFN.

O tema Educação Financeira ganhou notoriedade no mundo em 2003 quando a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Humano (OCDE), incluiu essa temática nos seus interesses de estudo, tendo em vista sua importância para o desenvolvimento econômico das nações. A OCDE recomenda que os governos promovam e regulamentem a educação financeira a fim de proteger seus clientes financeiros.

Dessa forma, o Brasil, apesar de não ser formalmente membro da OCDE, instituiu no ano de 2010, como política de Estado, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) com a finalidade de promover a educação financeira e previdenciária, contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e a solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores.

Para o BC, a educação financeira contribui para a formação de indivíduos conscientes de seus direitos e deveres e responsáveis por suas escolhas financeiras. Além disso, cidadãos bem educados financeiramente contribuem para a sustentabilidade do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Assim, como membro do Comitê Nacional de Educação Financeira e com o objetivo de promover a cidadania financeira da população brasileira, o BC instituiu no ano de 2012 seu Programa Cidadania Financeira, voltado para a promoção da educação financeira e o acesso a

informações sobre SFN, e que visa garantir proteção aos consumidores de serviços financeiros e melhorar a qualidade do relacionamento do cidadão com as instituições do SFN.

Com o intuito de levar educação financeira a cada vez mais pessoas, o BC instituiu a Rede de Cidadania Financeira, formada por diferentes atores que, trabalhando juntos, potencializam as ações de educação financeira e levam conhecimento a cada vez mais pessoas em todas as regiões do país. Com essa estratégia, o BC vem conquistando cada vez mais alcance e capilaridade em políticas públicas implementadas.

Nesse contexto, insere-se o Programa de Formação de Facilitadores em Gestão de Finanças Pessoais (PFFGFP), iniciativa desenvolvida em parceria com o Sistema Nacional de Aprendizagem das Cooperativas (SESCOOP) visando a formação de facilitadores, com o objetivo de expandir a Rede de Cidadania Financeira e de potencializar as ações de educação financeira desenvolvidas pelo BC.

O PFFGFP teve suas primeiras turmas realizadas nos anos de 2016 e de 2017. No município de Chapada Gaúcha, situado na região norte de Minas Gerais, foram realizadas duas turmas.

Percebeu-se que o Programa havia sido bem aceito por essa comunidade e que a liderança cooperativa desse município apresentava grande influência para essa aceitação. Além disso, em Chapada Gaúcha havia um projeto de desenvolvimento local em vigor (inserção da disciplina Cultura Empreendedora, Cooperativista e Financeira) que sustentava as ações de educação financeira desenvolvidas pela Rede de Cidadania Financeira.

Dessa forma, o presente estudo teve como objetivo apresentar o caso do município de Chapada Gaúcha, como política pública fomentadora de desenvolvimento local e analisar as contribuições trazidas pela Rede de Cidadania Financeira nesse contexto.

Acredita-se que o presente trabalho trouxe valiosas contribuições para o aperfeiçoamento dessa política pública desenvolvida pelo BC e por seus parceiros, bem como servirá como estímulo para futuros trabalhos que venham medir os resultados trazidos pela Rede de Cidadania Financeira do BC e pelo PFFGFP.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Contexto Econômico e Social Brasileiro

É impossível adentrarmos na história da Educação Financeira no Brasil sem antes entendermos o contexto econômico e social no qual o país estava inserido ao longo de sua trajetória, bem como seu processo de desenvolvimento recente.

A economia brasileira, marcada historicamente por um processo colonial, se manteve durante muito tempo direcionada aos interesses e necessidades externos, sendo uma economia baseada na produção agrícola de matérias primas o que culminou na industrialização tardia.

Nos anos 1980 o Brasil imerge em um grande surto inflacionário que adentraria boa parte dos anos 1990, advindo em grande parte da crise do petróleo, do aumento da dívida externa adquirida no período do “milagre econômico”¹, da elevação dos juros internacionais, dentre outros fatores. Nessa época se presencia um inexpressivo crescimento da renda, o aumento significativo da pobreza e da concentração de renda, a diminuição dos salários, a elevação nas taxas de desemprego e um aumento continuado da inflação. Esse período deixou sérias consequências sociais, políticas e econômicas para o Brasil.

Nesse período o Brasil chegou a experimentar um índice inflacionário mensal de mais de 80% ao mês, ou seja, o mesmo produto chegava a quase dobrar de preço de um mês para o outro. Dados da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) mostram que entre 1980 e 1989, a inflação média no país foi de 233,5% ao ano. Na década seguinte, entre os anos de 1990 e 1999, a variação anual subiu para 499,2%.

Em um momento histórico permeado pelo baixo poder de compra da moeda, pelo escasso acesso ao crédito, pela restrita bancarização, além das altas taxas de juros, desemprego e baixos salários, o cenário era propício para a falta de planejamento financeiro, uma vez que as pessoas sequer sabiam quanto receberiam em termos de salário real e se seria suficiente pagar suas despesas. Não havia espaço para se pensar em gestão das suas finanças, no sentido de poupança e investimento. No mesmo sentido, FERREIRA (2007) afirma que em uma época marcada pelo desgoverno inflacionário, falta de confiança da população nas instituições financeiras e de clareza nas regras, o planejamento financeiro baseado em escolhas conscientes se torna inviável.

Após a estabilização da moeda e a retomada do crescimento econômico, diversas políticas públicas implementadas já nos anos 2000 a 2013, proporcionaram a diminuição da pobreza e o surgimento de uma “nova classe média”, à qual é concedido o acesso ao crédito e aos bens de consumo, segundo GREMAUD et al (2017).

Nesse período presenciamos o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, influenciado, em grande parte, pelo crescimento do consumo da população, pelo aumento na renda, pelo investimento do governo e pela desaceleração da inflação. A relação positiva entre controle da inflação e retomada da confiança foi citada durante audiência pública na Comissão de Assuntos

1 O termo “milagre” está relacionado com este rápido e excepcional crescimento econômico pelo qual passou o Brasil neste período. Este crescimento foi alavancado pelo PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo) implantado em 1964, durante o governo de Castelo Branco.

Econômicos (CAE) no Senado, em 2016, pelo presidente do BC Ilan Goldfain: “A inflação mais baixa é condição para a retomada da confiança ao preservar o poder de compra das famílias e empresas, além de alongar horizontes de planejamento”.

De acordo com estudo publicado pela OCDE em 2015², a maioria dos países da América Latina, com destaque para o Brasil, vem reduzindo, desde o final dos anos 90, as diferenças de renda entre a população, contribuindo dessa para a diminuição da desigualdade.

A OCDE (2015) também destaca que a recuperação percebida nas duas últimas décadas no salário mínimo (SM), decorrente de uma política permanente de sua valorização, visando a recuperação do valor do piso nacional, contribuiu para a diminuição da desigualdade social.

No gráfico abaixo podemos perceber o reajuste real ocorrido no SM no período de 2003 a 2017. De acordo com nota técnica do DIEESE (2017)³ o reajuste real do SM, ou seja, acima da inflação, foi de 77,01% nesse período.

Gráfico 1 – Reajuste real do salário mínimo no período de 2003 a 2017



Fonte: DIEESE

Pela análise da tabela abaixo podemos perceber os fatores que oportunizaram a saída de uma grande parcela da população brasileira da pobreza e sua inclusão no SFN. Os quatro índices abaixo apontam para um período de progresso econômico e social, já que houve diminuição do desemprego e da pobreza (pessoas vivendo com menos de meio salário mínimo), assim como no índice de Gini e, por fim, aumento na renda.

² Estudo publicado em maio de 2015 com o título: In it together- Why less inequality benefits all (Juntos nisso – Por que menos desigualdade beneficia a todos (tradução nossa)

³ Nota técnica publicada em janeiro de 2017 com o título “Política de valorização do salário mínimo: Depois de 20 anos, reajuste fica abaixo da inflação (INPC)

Tabela 1 - Evolução da Renda, do índice de pobreza, do índice de Gini e da taxa de desemprego de acordo com o Censo Demográfico de 2000 e 2010

	2000	2010
Renda (R\$)	585,95	767,02
População com renda <1/2 Salário Mínimo (%)	49,10	34,67
Índice de Gini	0,597	0,536
Taxa de desemprego > 16 anos (%)	14,67	7,42

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 2000 e 2010

O crescimento econômico presenciado nas últimas décadas, resultante da estabilidade econômica, de políticas públicas desenvolvimentistas focadas na distribuição de renda e de uma política econômica expansionista proporcionou a inclusão de muitas pessoas no Sistema Financeiro Nacional (SFN) e, conseqüentemente, o acesso delas a produtos e serviços financeiros cada vez mais complexos. Dados do BC mostram que em 2005 aproximadamente 51 milhões de pessoas possuíam contas de depósitos à vista, já em 2014, segundo o Relatório de Inclusão Financeira de 2015 (RIF 2015)⁴, mais de 130 milhões de pessoas da população adulta mantinham algum relacionamento bancário e apenas um dos 5.570 municípios brasileiros não contava com algum ponto de atendimento.

Porém, essa inclusão financeira e o acesso facilitado a crédito e a bens de consumo, antes restritos a uma pequena parcela da população, não vieram acompanhados de educação financeira, resultando em consumidores com poucos conhecimentos para fazerem uso dos serviços financeiros de maneira responsável e consciente dos seus riscos e custos, além de desconhecedores de conceitos básicos para gestão de sua vida financeira. Pesquisa realizada pelo Serviço Nacional de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigente Logistas (CNDL)⁵ no ano de 2017 aponta que 58 milhões de brasileiros estão inadimplentes, o que representa quase 1/3 da população brasileira. Esse estudo mostra ainda que parcela expressiva dos inadimplentes brasileiros não possui conhecimentos básicos de educação financeira e nem apresenta comportamentos e habilidades condizentes para sair da situação de inadimplência.

Assim, para que a inclusão financeira realizada seja sustentável, é necessário que sejam criadas condições para que as pessoas tenham acesso a conhecimentos que lhes proporcionem

⁴ O RIF busca consolidar dados e informações disponíveis no BCB sobre o tema inclusão financeira, facilitando o diagnóstico da questão, de modo que, a partir dele, seja possível construir o mapa da inclusão brasileira (BC 2011).

⁵ Pesquisa intitulada Endividamento e impactos na vida do consumidor, publicada em fevereiro de 2017.

tanto fazer escolhas financeiras responsáveis e conscientes, como relacionar-se de modo harmônico com o SFN.

Pelo apresentado, percebemos que a evolução econômica do país fez surgir a necessidade do tema na vida das pessoas, oportunizando assim a entrada do tema Educação Financeira nos debates nacionais e internacionais, de modo a torná-la parte das agendas de governo e consequentemente instrumentalizá-la através de políticas públicas.

2.2. Educação Financeira nas agendas Nacional e Internacional

De acordo com o BC (2017) o tema educação financeira vem se destacando na agenda política global por desempenhar um papel importante no empoderamento financeiro dos cidadãos e, como consequência, pela sua influência positiva na estabilidade do sistema financeiro e da economia.

Em 2005 a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) publicou o conceito de Educação Financeira, o qual serviria de balizador para as estratégias de educação financeira a serem implementadas pelos seus membros:

Educação Financeira é o processo pelo qual os consumidores financeiros/ investidores melhoram a sua compreensão sobre os conceitos e produtos financeiros e, através da informação, instrução e/ou aconselhamento objetivos, desenvolvam as habilidades e a confiança para tomar consciência de riscos e oportunidades financeiras, para fazer escolhas informadas, saber onde buscar ajuda e tomar outras medidas eficazes para melhorar a sua proteção e o seu bem-estar financeiro. (OECD, 2005b)

FERREIRA (2008) afirma que o advento da Crise de 2008 faz com que programas de educação financeira passem a ganhar crescente visibilidade em todo o mundo. Segundo a autora percebeu-se a necessidade de preparação dos indivíduos para operarem em um sistema financeiro cada vez mais complexo, visando reduzir sua exposição a riscos sistêmicos.

ARAÚJO e CALIFE (2014) afirmam que a melhora da situação econômica do país a partir de 1999 proporcionou condições para que os brasileiros pudessem começar a pensar conceitos como planejamento e gestão de orçamentos familiares.

Assim, em um momento de estabilidade econômica, tendo como referência as diretrizes propostas pela OCDE, foi instituída a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)⁶, como política de Estado, através do decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, com a finalidade de promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania,

⁶ A Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF – é uma mobilização multissetorial em torno da promoção de ações de educação financeira no Brasil, da qual o BC é membro titular.

a eficiência da solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores.

O Banco Central do Brasil entende que:

A Educação Financeira é o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e produtos financeiros. Com informação, formação e orientação claras, as pessoas adquirem os valores e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos a elas associados e, então, façam escolhas bem embasadas, saibam onde procurar ajuda e adotem outras ações que melhorem o seu bem-estar (BC, 2013).

No ano de 2012, alinhado à ENEF, o BC, como membro do Comitê Nacional para a Educação Financeira (CONEF), criou o Programa Cidadania Financeira, programa que, inserido dentro da Agenda BC+, agenda de trabalho prioritária do BC, busca trazer benefícios sustentáveis à sociedade através da realização de ações junto a ela, diretamente ou por meio de parcerias com entidades públicas e privadas. Neste trabalho damos ênfase a duas estratégias adotadas pelo BC para aumentar o nível de educação financeira da população brasileira: A Rede de Cidadania Financeira e o Programa de Formação de Facilitadores em Gestão (PFFGFP).

Na figura abaixo buscamos apresentar o arranjo institucional existente entre: A agenda BC+, que atualmente direciona o trabalho realizado pelo DEPEF, o Programa Cidadania Financeira e o Plano para Fortalecimento da Cidadania Financeira, no qual estão inseridos a Rede de Cidadania Financeira e o Programa de Formação de Facilitadores em Gestão de Finanças Pessoais.

Figura 1 - Arranjo institucional existente entre os Programas do BC



Fonte: BCB; Elaboração: a autora

2.3. A Rede de Cidadania Financeira no Brasil e o PFFGFP

No ano de 2013, logo após a instituição do Departamento de Educação Financeira (DEPEF) - atual Departamento de Promoção da Cidadania Financeira (DEPEF) - foi instituída através da Portaria nº 78.709/13 a Rede Interna de Colaboradores em Educação Financeira com o objetivo de “contribuir com o desenvolvimento e a execução de ações de educação financeira no âmbito do programa Cidadania Financeira”.

Atualmente a Rede é formada por 79 servidores do BC, lotados nas mais diversas áreas de atuação e praças onde o órgão tem representação, tendo dentre suas funções: A disseminação do conhecimento através da realização de cursos e palestras e a formação de multiplicadores em educação financeira, dentre outras funções, sob a coordenação do DEPEF.

No ano de 2013, o BC desenvolveu em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP)⁷, o Programa de Formação de Facilitadores (PFFGFP, cujo objetivo estratégico é a formação, junto a parceiros, de palestrantes e facilitadores que atuarão disseminando conhecimentos de educação financeira em suas comunidades e locais de origem.

O PFFGFP possui uma trilha de aprendizagem, carga horária de 120h, composta por atividades presenciais e virtuais, desenvolvidas no ambiente de treinamento do Portal Cidadania Financeira⁸. Também foram desenvolvidos para o Programa material didático próprio e metodologia específica.

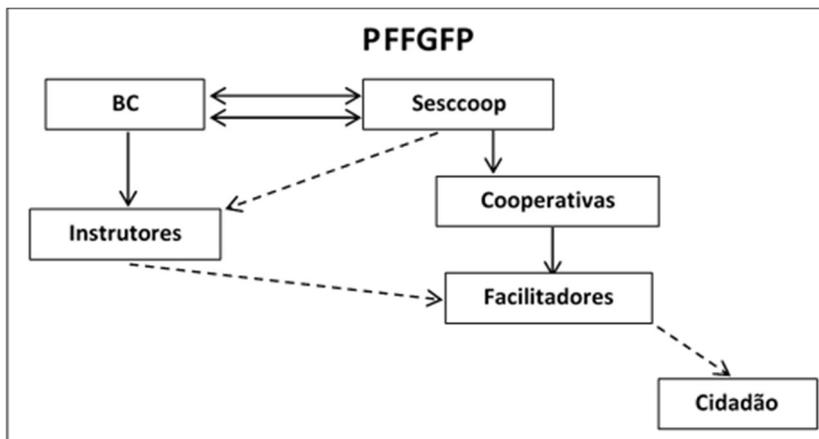
O Programa teve sua implantação definitiva no ano de 2016, quando outros parceiros se incorporaram a ele, a exemplo do Exército e da Fundação ENA (Escola de Governo de Santa Catarina).

A figura abaixo apresenta a relação existente entre os atores do PFFGFP. É importante relembrar que no caso ora estudado, o BC e o SESCOOP atuam como gestores do Programa em uma relação de parceria e de complementaridade, como evidenciam as duas setas. Fazem parte também desse arranjo os instrutores, os facilitadores e os cidadãos (na seção metodologia é explicado o papel desempenhado por cada tipo de ator). As cooperativas foram inseridas tendo em vista sua função de articuladora entre o SESCOOP e os facilitadores. As linhas tracejadas evidenciam a não existência de hierarquia entre as partes.

⁷ O SESCOOP é a instituição responsável por organizar, administrar e executar a formação profissional e a promoção social dos seus colaboradores, cooperados e suas comunidades, bem como pelo monitoramento das cooperativas no Brasil.

⁸ O Portal Cidadania Financeira é o site do BC que disponibiliza conteúdos, materiais e cursos de Educação Financeira.

Figura 2 - Arranjo institucional existente entre os atores do PFFGFP



Fonte: BCB; Elaboração: a autora

A tabela abaixo apresenta o resumo do desenvolvimento do PFFGFP ao longo dos seus dois primeiros anos de vigência.

Tabela 2 - Evolução do PFFGFP nos seus dois primeiros anos de vigência

Ano	Instituição	Quantidade de turmas	Quantidade de Ingressos
2016	SESCOOP	12	245
	Exército		
	Fundação ENA		
2017	SESCOOP	13	256
	Exército		
	Fundação ENA		
Total		25	501

Fonte: BCB; Elaboração: a autora

No total, incluindo os facilitadores formados em 2016, o PGGFP contava em 2017 com 283 facilitadores formados (concluíram todas as etapas da trilha de aprendizagem - alguns facilitadores ainda estão com prazo em aberto para a conclusão das atividades), que junto a outros grandes parceiros, ajudaram o BC a realizar na 4ª SENEf 3.357 ações de educação financeira (presenciais, virtuais, por TV e rádio) que atingiram mais de 2,8 milhões de pessoas em 22 estados do país.

Cabe ressaltar que o PFFGFP ainda não possui sistemática regular de monitoramento de resultados. Dessa forma, a aferição das ações de educação financeira desenvolvidas exclusivamente pelos facilitadores formados no PFFGFP ainda é um desafio para o BC, pois

carece de instrumentos que expressem com fidedignidade o quantitativo de ações realizadas e de pessoas atingidas.

No ano de 2017 foi reportada ao BC a realização de mais de 300 iniciativas de educação financeira realizadas pelos facilitadores formados, atingindo um público final de mais de 18.700 pessoas. Acredita-se que esse número seja maior, já que a eficácia dos instrumentos de coleta de dados utilizados, atualmente, é questionável.

Ao longo dos anos, o conceito Cidadania Financeira foi sendo consolidado no BC, de forma que hoje são trabalhadas de forma integradas as três frentes: educação financeira, inclusão financeira e proteção ao consumidor, entendendo-se que elas contribuem tanto para a cidadania como para a solidez e eficiência do Sistema Financeiro Nacional. Essa agenda de trabalho conta com a parceria de diversas instituições públicas e privadas.

3. METODOLOGIA

Para a consecução dos objetivos proposto nesse trabalho, optou-se pela realização de pesquisa aplicada e de cunho exploratório, com o objetivo de que o retorno desse estudo seja utilizado no PFFGFP, na forma de estudo de caso, já que ele nos possibilitaria um recorte demográfico e uma inserção no ambiente natural do objeto de pesquisa, de modo a familiarizar-nos com o assunto a ser explorado.

Diante do que esperávamos atingir com a presente pesquisa, percebeu-se que a abordagem qualitativa seria mais eficaz para a validação (ou não) das hipóteses para as quais buscávamos respostas.

Assim, selecionamos o município de Chapada Gaúcha para ser nosso objeto de estudo, já que dados apresentados em relatórios de acompanhamento das ações realizadas pelos integrantes da Rede evidenciavam que nesse município o PFFGFP havia sido bem aceito pela equipe gestora e pela comunidade. Além disso, naquele município a equipe gestora local desenvolvia forte liderança junto à comunidade, gerando questionamento se esse poderia ser um dos motivos para o bom desenvolvimento do PFFGFP neste município.

O município de Chapada Gaúcha - MG está localizado no semiárido Norte Mineiro e tem pouco mais de 10.000 habitantes. A principal atividade socioeconômica do município é a agricultura extensiva, com destaque para a produção de sementes forrageiras e de soja. Além disso, Chapada Gaúcha possui potencial para o ecoturismo, já que nele se encontram diversas áreas de conservação. De acordo com pesquisa feita pelo IBGE, em 2015 o PIB municipal de Chapada Gaúcha era de R\$133.784.000. Já o PIB per capita era de R\$10.707,03.

Tabela 3 - Apresentação da evolução de renda e do índice de Gini

	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	122,50	235,67	282,53
% de extremamente pobres	40,51	38,54	20,16
% de pobres	75,64	65,39	35,32
Índice de Gini	0,45	0,71	0,51

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

Na tabela acima apresentamos dados relacionados com pobreza e desigualdade. O IDH do município é considerado médio, apesar da concentração de renda percebida na cidade e de mais de 50% da população ser pobre.

A seleção dos atores sociais a serem pesquisados ocorreu de forma a cobrir todas as etapas da execução do Programa de Educação Financeira. Para cada um, tínhamos um propósito específico que contribuiria para melhor elucidação do nosso objeto de pesquisa, de acordo com o papel que cada ator desempenhava dentro do processo. Dessa forma, buscamos capturar as informações a partir de diversos pontos de vista, acreditando que, com essa multiplicidade de olhares, nossa pesquisa ficaria mais completa.

Segue abaixo sucinto quadro com a apresentação da função de cada tipo de ator e o que pretendíamos com cada um deles:

Tabela 4 – Apresentação do papel desempenhado por cada tipo de ator e objetivos pretendidos com sua participação

Ator	Partícipes	Papel desempenhado	O que buscávamos compreender?
Gestores do Programa de Formação de Facilitadores em Gestão de Finanças Pessoais	05	Gestão da Rede de Cidadania Financeira; Desenvolvimento e implementação do PFFGFP; Gestão do PFFGFP	Quais eram os objetivos e as metas de longo prazo do PFFGFP? Como foi a busca de parceiros? Qual a relação percebida pelos gestores entre educação financeira e desenvolvimento local.
Instrutores do PFFGFP (Rede interna de educação financeira do BC)	03	Ministram os Cursos do PFFGFP; Acompanham os alunos de modo informal em grupos de Whatsapp	Qual era o perfil das turmas ministradas nesse município. Se havia alguma diferença entre essas turmas e as demais. Qual foi o papel da cooperativa no processo. Qual a relação percebida entre educação financeira e desenvolvimento.

Ator	Partícipes	Papel desempenhado	O que buscávamos compreender?
Gestores locais (liderança local)	04	Seleção dos participantes no PFFGFP (futuros facilitadores); Gestão e acompanhamento das turmas formadas; Organização de ações de educação financeira em que os facilitadores formados atuarão; Motivação desses facilitadores; acompanhamento dos resultados	Como foi feita a seleção dos participantes. O que se procurava neles. Como foi feita a divulgação do PFFGFP e a sensibilização da comunidade para as ações de educação financeira. Qual a relação entre educação financeira e desenvolvimento local.
Facilitadores (pessoas formadas pelo PFFGFP para ministrar ações de educação financeira em suas comunidades)	05	Organizam ações de educação financeira; Ministram cursos e palestras de GFP;	O que te levou a se interessar em ser facilitador? Como são formadas as turmas para disseminação do conhecimento? Como essas ações estão sendo recebidas? Qual a relação entre educação financeira e desenvolvimento local.
População (público alvo final do PFFGF)	10	Recebem a ação de educação financeira; Disseminam de maneira informal o conhecimento recebido	Qual sua percepção sobre sua condição de gerir sua vida financeira? O que te levou a buscar ações de educação financeira? Como você conheceu o Programa? Você percebeu mudança em seu comportamento financeiro?
TOTAL	27		

Fonte: A autora

Em um primeiro momento realizamos a pesquisa exploratória, que serviu de base teórica e diretriz para a elaboração dos questionamentos e principalmente para a interpretação dos dados levantados. Em seguida, fomos a campo, onde utilizamos dois instrumentos de coletas de dados: entrevistas semiestruturadas e questionários.

Foram elaboradas 49 perguntas, tendo como origem os principais temas relacionados ao Programa de Formação de Facilitadores no município de Chapada Gaúcha e seus reflexos para o desenvolvimento local, de acordo com os objetivos que pretendíamos alcançar com cada grupo de participantes da pesquisa. Algumas perguntas foram feitas a mais de um tipo de ator, pois pretendíamos colher a percepção através de mais de um ângulo do processo.

No presente trabalho optamos usar a metodologia de análise de conteúdo desenvolvida por BARDIN (2010), a qual tem um caráter essencialmente qualitativo, embora possua parâmetros

estatísticos para apoiar as interpretações dos dados coletados. As entrevistas e os questionários tiveram como norte as seguintes categorias, desmembradas, em seguida, em perguntas acessórias:

Tabela 5 – Categorias de análise

Papel desempenhado	Categorias
Gestores do PFFGFP	<ul style="list-style-type: none"> - Objetivos e metas quando da criação do PFFGFP - Motivação para escolha do parceiro - Percepção do atual estágio do Programa - Desafios para o PFFGFP
Gestores locais	<ul style="list-style-type: none"> - Interesse pelo PFFGFP - Seleção dos participantes - Sensibilização da comunidade - Relação entre EF e desenvolvimento local
Instrutores	<ul style="list-style-type: none"> - Perfil dos participantes no PFFGFP - Papel da liderança local na execução do PFFGFP - Relação entre EF e desenvolvimento local - Percepção de mudança nas pessoas que receberam ações
Facilitadores	<ul style="list-style-type: none"> - Motivação em se tornar facilitador - Percepção sobre educação financeira - Papel da liderança local na execução do PFFGFP - Aceitação do PFFGFP e suas ações pela comunidade - Percepção de mudança nas pessoas que receberam ações
Cidadãos	<ul style="list-style-type: none"> - Percepção sobre a gestão da própria vida financeira - Hábitos de poupança - Percepção de mudanças no comportamento individual e influência disso na comunidade - Transmissão do conhecimento de EF por cidadãos comuns - Papel da EF no seu comportamento financeiro

Fonte: A autora

No intuito de corroborarmos (ou não) as percepções colhidas pelos atores na etapa de pesquisa de campo, buscamos junto às instituições responsáveis dados quantitativos que refletissem a evolução nos anos de 2015 a 2017 dos seguintes indicadores: percentual ou valor agregado de endividamento da população, abertura de novos negócios no município, volume de crédito médio na região e volume dos depósitos à vista e a prazo nas instituições financeiras instaladas no município.

Obtivemos o volume de depósito à vista e a prazo junto à Cooperativa Credichapada. Extraímos do Sistema SCR do BC informações relativas a crédito rural no município. Recebemos da Fundação João Pinheiro/MG dados microeconômicos que subsidiaram nossa análise de dados.

Acreditamos que a escolha metodológica proporcionou completude a esse trabalho. A pesquisa de campo proporcionou termos a vivência da comunidade, o que extrapola qualquer conhecimento obtido de forma teórica. Nesse momento foram colhidos muito mais do que relatos, lá conhecemos as diferentes categorias de atores que fazem parte do PFFGFP, conversamos, sentimos suas percepções e necessidades, e, por fim, conseguimos insights que proporcionaram a interpretação de forma mais ampla dos dados levantados.

3.1. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1.1. Pesquisa qualitativa

3.1.1.1. Atores: Cidadãos

a) Percepção sobre a gestão da própria vida financeira

Nessa primeira categoria objetivamos conhecer a percepção dos cidadãos que receberam ações de educação financeira (cursos e palestras) quanto ao seu nível de conhecimento sobre finanças pessoais, bem como sobre seu gerenciamento e planejamento financeiro. De modo geral, os entrevistados classificam seu nível de conhecimento sobre finanças como bom, sendo que a maioria teve seu primeiro contato com esse tema através das ações de educação financeira desenvolvidas pela Rede de Cidadania Financeira e diz pretender continuar buscando conhecimento sobre o tema em outras fontes, reconhecendo que *“o curso foi apenas um ponta pé”*.

A família não aparece para os entrevistados como instituição onde educação financeira é tema presente, uma vez que apenas duas pessoas relataram ter tido contato com esse conhecimento dentro de casa e as demais afirmaram que o controle das finanças geralmente ficava a cargo de um responsável adulto, que não compartilhava das decisões financeiras com o restante da família.

No quesito percepção de segurança para gerir seu dinheiro, a maior parte respondeu que se sente razoavelmente segura para administrar suas finanças, inclusive fazendo uma correlação com os conhecimentos adquiridos na ação de educação financeira. Duas pessoas relataram não se sentirem seguras para administrar seu próprio dinheiro, delegando essa função a outro (normalmente cônjuge). Em relação ao planejamento financeiro, apenas uma pessoa afirmou não ter noção de suas receitas e despesas no início do mês. Coincidentemente, essa mesma pessoa

afirmou usar cálculos mentais para gerenciar suas finanças. Segundo esse entrevistado, “*as contas nunca fechavam, pois eu achava que sempre havia gastado menos do que realmente gastara*”. Essa fala corrobora a teoria de Richard Thaler que afirma que nossa contabilidade mental utiliza uma espécie de calculadora para fazer as contas, só que sem precisão científica e valores objetivos. Assim, fazemos cálculos mirabolantes, que nos dão a falsa impressão de que o nosso orçamento vai fechar no fim do mês e que pode até sobrar para alguma compra extra, mas no final das contas acaba faltando dinheiro.

As demais pessoas entrevistadas relataram ter previsão orçamentária advinda dos registros feitos de suas despesas e receitas em meses anteriores. O caderno, com grande destaque, é o instrumento de registro mais utilizado pelos entrevistados e que seu uso traz bons resultados para o planejamento financeiro dos seus adeptos. Apenas um entrevistado relatou utilizar planilhas e outro, aplicativo.

Somos levados a crer que não há um único instrumento de controle financeiro adequado, pois cada um deve utilizar o que melhor se adequar ao seu perfil, de modo a permitir uma previsibilidade em suas finanças, culminando em um bom planejamento financeiro.

Por fim, percebemos que há uma correlação entre conhecimento sobre finanças e segurança na gestão financeira, indicando a necessidade de se incorporar esse conteúdo aos currículos escolares, visando, de acordo com o Plano Diretor da ENEF (2010) preparar as futuras gerações para desenvolver nelas as competências e habilidades necessárias para lidar com as decisões financeiras que tomarão ao longo de suas vidas.

Na mesma seara, temos a convicção de que faltam ações de educação financeira estruturadas para jovens e adultos, já que todos os entrevistados afirmaram não ter tido acesso à ação de educação financeira antes das aqui citadas, o que os levava a gerir suas finanças de modo intuitivo ou apenas com os poucos conhecimentos recebidos pela família.

b) Hábitos de poupança

A maior parte das pessoas afirmou poupar com certa regularidade. Entre os que pouparam, o instrumento mais utilizado ainda é a caderneta de poupança, com pequeno destaque para aplicações (cooperativa), modalidade de investimento desconhecida pelos pesquisados até as ações de educação financeira. As pessoas que ainda não estão conseguindo poupar, dizem estar se organizando para isso através da quitação de dívidas e da mudança de hábitos financeiros. Chamou-nos a atenção o conceito de educação financeira “*pague-se primeiro*”, citado pela maioria. Os poupadores afirmaram separar o dinheiro da poupança antes mesmo de pagar suas

contas. De acordo com um entrevistado: “antes de pagar as contas já separa o dinheiro do investimento”.

Já em relação à aposentadoria, apenas uma pessoa afirmou poupar para essa finalidade. A maior parte das pessoas disse não ter parado para pensar sobre isso. A importância de ter a casa própria apareceu com destaque para todos os pesquisados frente à poupança para aposentadoria, o que leva-nos a crer que isso seja percebido como um investimento financeiro que gera segurança para as famílias.

Também chamou-nos a atenção o fato de algumas pessoas ainda guardarem suas economias em casa, fazendo referência ao “saque da poupança” ocorrido no governo Collor, o que evidencia certa credibilidade e desconfiança no SFN, e à falta de conhecimento sobre produtos financeiros.

A nosso ver, esse é um problema que merece ser atacado de frente através de políticas públicas que objetivem reconquistar a confiança dos cidadãos no SFN e da realização de mais ações de educação financeira que tratem sobre investimentos, já que essa prática causa prejuízos financeiros aos seus adeptos, tendo em vista que qualquer valor não depositado em poupança está sujeito à desvalorização, perdendo lentamente o seu poder de compra, devido à inflação, além de existir grande risco de esse dinheiro, deixado em casa, ser objeto de furto ou roubo devido à falta de segurança que presenciamos atualmente em nosso país.

Outro fato que pode explicar esse hábito é a recente bancarização de uma parte da população, pois de acordo com o RIF, muitas famílias tiveram acesso ao SFN somente nas últimas décadas. De forma semelhante ocorreu no município estudado, onde o ingresso da primeira instituição financeira ocorreu somente em 2009, fazendo com que, anteriormente a isso, as pessoas que desejassem se relacionar com o SFN tivessem que se dirigir aos municípios vizinhos.

c) Percepção de mudanças no comportamento individual e influência disso na comunidade

De modo geral os entrevistados afirmaram que a participação nas ações de educação financeira refletiu em mudanças em seus comportamentos. Atitudes como realizar orçamento financeiro, pesquisar preços, evitar compras parcelas e por impulso foram citadas como decorrentes disso. A maior parte dos entrevistados relatou que essas mudanças são percebidas por suas famílias e comunidade em que vivem, sendo objeto inclusive de comentários.

A crença de que seu comportamento financeiro pode influenciar o da comunidade, uma vez que mudanças são percebidas e comentadas, esteve presente em quase todas as falas. Frases como

“exemplo a ser seguido”, “as pessoas aprendem pelo exemplo” e “seu comportamento serve como exemplo” apareceram repetidas vezes. Ninguém manifestou posicionamento contrário.

d) Transmissão do conhecimento de educação financeira por cidadãos comuns (não formados para isso)

Apenas uma pessoa entrevistada afirmou não ter tido a possibilidade de transmitir os conhecimentos aprendidos. Segundo ela: *“não se fala muito sobre dinheiro, se evita falar”*.

O restante das pessoas afirmou ter conversado com suas famílias e comunidades onde estão inseridas sobre temas de educação financeira, como: a importância de saber o quanto ganha e gasta, necessidade de realizar pesquisas de preço e evitar compras por impulso, dentre outros.

Para essas pessoas foi natural inserir o tema em suas conversas cotidianas. Diante dos relatos, percebeu-se que há mais facilidade de aceitação do tema quando as conversas informais são realizadas individualmente ou em um grupo menor de pessoas, o que pode demonstrar que falar sobre dinheiro (e os problemas decorrentes de sua má gestão) ainda é tido como um tabu e pode causar constrangimentos. Também foi percebido que pessoas mais jovens, em geral, têm mais abertura para conversar sobre finanças. O espaço *“igreja”* foi citado diversas vezes como um bom local para inserção do tema. Supermercado, salão de beleza e escola do filho também apareceram.

Desse modo, percebemos que a interferência das ações de educação financeira vai muito além das pessoas que as receberam diretamente, pois essas, das mais variadas formas, disseminam conhecimentos, atingindo assim uma gama muito maior de cidadãos, apesar de não terem sido formadas para tal.

e) Papel da EF no seu comportamento financeiro

A percepção de que a educação financeira tem função importante na vida das pessoas foi unânime. Frases como *“a educação financeira mudou minha vida”* e *“após a participação no curso, eu e meu marido desistimos do divórcio”* apareceram repetidas vezes.

Nas falas citadas, percebemos que um dos principais objetivos das ações de educação financeira vem sendo atingido: despertar na população a noção de que o dinheiro deve ser um instrumento e não um objetivo. E que sua boa gestão contribui de forma significativa para melhorar nossa qualidade de vida, permitindo que tenhamos hoje e no futuro segurança material e condições para atingirmos objetivos e conquistarmos sonhos.

Além disso, outro ponto que merece destaque é a importância da gestão financeira familiar, pois de acordo com a pesquisa ‘Educação Financeira e a Gestão do Orçamento Familiar’, feita pelo SPC Brasil e Portal Meu Bolso feliz em 2016, a maioria das famílias brasileiras ainda não conversa sobre dinheiro: apenas quatro em cada dez entrevistados (38,9%) conversam mensalmente com os outros moradores da casa sobre a gestão do orçamento familiar e outras questões financeiras. Outros 47,0% discutem o tema, mas de modo esporádico ou pontual: enquanto 28,9% o fazem sem frequência definida, 18,1% só conversam sobre o orçamento quando a situação financeira não está muito boa. As falas “*após a participação no curso, eu e meu marido desistimos do divórcio*” e “*um dos motivos de o meu primeiro casamento ter terminado foi a falta de conversa sobre dinheiro*” evidenciam a importância da gestão financeira familiar conjunta para uma vida conjugal de melhor qualidade.

Por fim, a totalidade dos respondentes acredita que uma nova geração, educada financeiramente desde cedo, como vem sendo feito no município através da inclusão do tema no currículo escolar, terá melhores condições de gerir suas finanças, aproveitar as oportunidades que aparecem e, conseqüentemente, contribuir para o desenvolvimento da comunidade.

3.1.1.2. Atores: Facilitadores

a) Motivação em se tornar facilitador e Percepção sobre o papel da educação financeira na vida das pessoas/comunidade

De modo geral, os facilitadores afirmaram já ter desenvolvido alguma atividade de cunho comunitário e/ou social antes. A totalidade dos respondentes afirmou ter se interessado em participar do Programa de Formação de Facilitadores em Gestão de Finanças Pessoais (PFFGFP) motivado pela vontade de transmitir conhecimentos de educação financeira para as pessoas que mais precisam e de integrar a Rede de Cidadania Financeira (integrar uma Rede coordenada pelo BC foi citado como diferencial para a decisão de participar do Programa). “*Levar conhecimento à comunidade*” apareceu em quase todas as respostas.

Alguns professores mencionaram que buscaram aprender mais sobre o tema para poder repassar esse conteúdo aos seus alunos, os quais já haviam demonstrado interesse pelo tema.

Várias pessoas afirmaram ter se interessado pelo Programa por acreditar no poder transformador da educação financeira na vida das pessoas e das comunidades. Frases como “*acredito que a educação financeira possa ajudar as pessoas a melhorarem de vida*” e “*com educação financeira as pessoas conseguem realizar sonhos*” apareceram com frequência.

O significado positivo da educação financeira e o interesse por atividades de cunho comunitário/social podem ser entendidos como os principais elementos responsáveis por despertar interesse pelo PFFGFP.

b) Aceitação do PFFGFP e suas ações pela comunidade

De modo geral os facilitadores entrevistados afirmaram que as ações de educação financeira têm sido bem aceitas pelo público. Foi-nos relatado que quando as ações são direcionadas a um público específico, como o caso de cursos para professores, a ação é mais facilmente aceita e desenvolvida. Acredita-se que isso se deva à formação ter uma finalidade específica, ou seja, o repasse aos alunos.

Os facilitadores relataram desenvolver tanto ações organizadas pela cooperativa (gestor local do PFFGFP), como por eles mesmos. A oferta dessas ações geralmente demanda convencimento sobre a importância do tema aos promotores (escolas, comércio em geral), tendo em vista que ainda é pouco conhecido. De toda forma, segundo eles, após o conhecimento, a adesão ao projeto é praticamente certa. Na outra ponta, alguns promotores solicitam voluntariamente a realização de ações de educação financeira por terem ouvido falar dos resultados do Programa.

Apesar de os facilitadores terem sido formados para disseminar conhecimentos de educação financeira em ações estruturadas, a maior parte deles relata transmitir esses conhecimentos também de maneira informal em suas famílias e comunidades. Vários entrevistados relataram perceber que a comunidade está “*sedenta*” de educação financeira, vindo até eles buscar ajuda em situações não estruturadas (conversas não programadas), muitas vezes por estar endividada ou por não saber como lidar com seu dinheiro.

A abordagem comportamental utilizada pelo BC e por sua Rede de Cidadania Financeira nas ações de educação financeira, baseada em conceitos trazidos por pesquisadores como Vera Rita Ferreira de Melo, Daniel Kahneman, Richard Thaler, dentre outros, de que as escolhas humanas nem sempre são consistentes e racionais, pois dependem de outros fatores ligados ao contexto e ao emocional de cada pessoa, está sendo bem aceita pela maior parte dos participantes. Várias pessoas relataram ter se surpreendido positivamente com a abordagem utilizada, já que pensavam que seria um curso (palestra) com muitos cálculos numéricos e linguagem rebuscada. Para uma dessas pessoas “*é mais fácil aprender quando são apresentados fatos da vida real, hábitos e comportamentos que nos fazem perder dinheiro, do que com cálculos*”.

c) Percepção de mudança nas pessoas que receberam ações

Os entrevistados foram unânimes em afirmar que já tem percebido mudanças no comportamento das pessoas que receberam ações de educação financeira ministradas por eles. Segundo um facilitador: *“O resultado é visível..., como a cidade é pequena, eu posso perceber mudanças na realidade”*. Outro citou: *“As pessoas comentam que estão mudando suas decisões, uma pessoa comentou que iria comprar um carro financiado, depois da palestra mudou de ideia, comprou um carro popular à vista, sem se endividar”*.

Outras mudanças de comportamento como deixar de usar o carro para pequenas distâncias, evitar compras parcelas e por impulso e negociar na hora da compra apareceram como atitudes que não eram tomadas antes da participação no curso.

Em contrapartida, quando perguntados sobre quais seriam os maiores obstáculos para que algumas pessoas coloquem em prática o que aprenderam, os seguintes entraves foram citados: descrença de que pequenas mudanças possam gerar resultado, baixos salários e famílias numerosas, cultura do endividamento e manutenção do status (padrão de vida elevado).

A desigualdade social (má distribuição da renda) esteve presente na fala de um entrevistado: *“algumas pessoas até participam de palestras, mas pelos salários serem muito baixos e as famílias numerosas não conseguem colocar em prática o que aprenderam”*. De acordo com Araújo e Calife (2014) a melhora na situação econômica proporciona condições para que conceitos como planejamento e gestão de orçamentos familiares sejam pensados. Assim, famílias com renda muito baixa possivelmente terão mais dificuldade de se planejar, poupar e, conseqüentemente, de investir.

Percebemos que devido à cidade objeto desse trabalho ser pequena, as pessoas têm mais proximidade umas com as outras e assim tem mais conhecimento sobre suas vidas. Os relatos dos facilitadores tiveram como base conversas posteriores às ações de educação financeira e percepção da rotina de seus alunos (atitudes e hábitos de consumo).

3.1.1.3. Atores: Instrutores

a) Motivação em se tornar instrutor e Percepção sobre o papel da educação financeira na vida das pessoas/comunidade

Conforme citado em capítulo próprio, os instrutores do PFFGFP são servidores do BC que integram sua Rede Interna de Educação Financeira.

A percepção da importância da educação financeira para o desenvolvimento de uma sociedade equilibrada, com cidadãos que saibam fazer escolhas financeiras conscientes e autônomas e, dessa forma, contribuam para a solidez e a eficiência do SFN esteve presente na fala de todos instrutores. Segundo um deles: *“A educação financeira traz maior equilíbrio e reflexão às escolhas das pessoas e pode viabilizar uma melhor qualidade de vida”*. Essa percepção, aliada ao interesse pessoal pelo tema, foi responsável pelo interesse do grupo pesquisado em se tornarem instrutores do Programa.

Para a totalidade dos respondentes, o PFFGFP está sendo muito importante para a comunidade estudada, pois, aliado a uma política pública já existente (educação financeira no currículo escolar), fez com que o tema entrasse em pauta no município. Para um dos instrutores: *“Fornecer conhecimentos de educação financeira aos professores da rede pública de ensino é um caminho promissor no que diz respeito a mudar comportamentos e hábitos das futuras gerações”*.

b) Perfil dos participantes nas turmas de formação de facilitadores no município estudado

O perfil dos participantes nas duas turmas do PFFGFP realizadas no município objeto de estudo, segundo todos instrutores, era diverso do encontrado nas demais turmas ocorridas em outras regiões. Em Chapada Gaúcha os participantes eram professores da rede municipal de ensino, todos com experiência em sala de aula e conscientes do papel que desempenhariam após passar pela formação de facilitadores (transmitir conhecimentos de educação financeira em sala de aula aos seus alunos).

Para os instrutores, isso foi fundamental para o bom desempenho das turmas, pois a experiência em docência, a integração existente no grupo e o conhecimento do propósito do Programa proporcionaram maior sinergia e melhor rendimento nas atividades de sala de aula. Também para eles, possivelmente seja o perfil escolhido que esteja proporcionando continuidade nas ações de educação financeira desenvolvidas junto à comunidade e, conseqüentemente, de acordo com um instrutor, *“aumentando a eficácia de nossa ação e proporcionando que além do público adulto inicialmente pretendido, o conhecimento também seja utilizado nas escolas”*.

A política pública da qual faz parte a capacitação de professores em educação financeira com o objetivo de proporcionar aos alunos esse conhecimento é aderente com os resultados apontados pela Pesquisa Nacional de Educação Financeira nas Escolas, realizada pela UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), Abefin (Associação Brasileira dos Educadores Financeiros) e Instituto Axxus, no ano de 2017, que aponta que 81% dos alunos que têm educação financeira

gastam parte do que recebem e guardam outra a parte para realizar seus sonhos. Além disso, essa pesquisa também revelou que, entre os 750 pais ou responsáveis entrevistados, 93% deles nunca aprenderam, em casa ou na escola, a administrar o próprio dinheiro e que foram apresentados, já adultos, à educação financeira pelos filhos, que, em contato com o tema na escola, abordam o assunto em casa.

Podemos depreender que a introdução desse conteúdo nas escolas proporcionará ao país uma nova geração mais educada financeiramente e consciente de seus direitos e deveres financeiros.

c) Percepção de mudança nas pessoas que receberam ações

Em primeiro momento é importante citar que a aceitação do PFFGFP e as ações de educação financeira decorrentes dele tem sido positiva, tanto pelas instituições que as promovem, quanto pelo público que delas participa, de acordo com o grupo pesquisado.

As respostas a essa pergunta foram variadas. Um instrutor afirmou não ter tido mais contato com as pessoas que participaram da turma ministrada por ele. Dois afirmaram que receberam relatos variados, tanto de pessoas que receberam ações ministradas por facilitadores formados por eles e que conseguiram introduzir mudanças positivas em seu comportamento financeiro e outras que, por motivos variados, não conseguiram colocar em prática o aprendido. Outro instrutor afirmou ter recebido relatos de mudanças comportamentais positivas.

No entanto, o que apareceu nas respostas com unanimidade foi *“a necessidade de sistematizar a efetividade das ações e constatar se houve ou não mudança de comportamento”*. Os instrutores, de modo geral, apontaram para a urgência da adoção de métricas de aferição de resultados para melhor medir o impacto das ações de educação financeira desenvolvidas pelo BC.

3.1.1.4. Atores: Gestores do Programa de Formação de Facilitadores no Programa de Formação de Facilitadores em Gestão de Finanças Pessoais (PFFGFP)

Denominamos gestores do PFFGFP as lideranças (chefias e/ou gerentes) do BC e do SESCOOP (parceiro com o qual o Programa foi desenvolvido inicialmente e que teve o maior número de participantes até o presente momento) que estiveram à frente durante o seu desenvolvimento e no decorrer de sua implementação. Foram entrevistados três gestores do SESCOOP e dois do BC.

a) Objetivos e metas quando da criação do PFFGFP/ Motivação para escolha do parceiro

O BC, desde o ano de 2003, já realizava ações de educação financeira, mesmo inexistindo um Departamento responsável pela temática. A maior parte dessas ações tinha como foco o assunto Gestão de Finanças Pessoais, de forma que foram criados e realizados cursos e palestras sobre seus conceitos.

De acordo com um dos gestores, podemos dividir as ações de educação financeira realizadas pelo BC (em relação a propósitos e metodologia adotada) em dois marcos: *“de 2003 até a criação da ENEF, em 2010, o propósito das ações desenvolvidas era o de prover informações, baseadas nos aspectos cognitivos; e após a ENEF, até hoje, passou-se a adotar o conceito da OCDE cujo objetivo é o empoderamento das pessoas para a tomada de decisões autônoma e consciente, utilizando-se para isso da metodologia comportamental”*.

No ano de 2012, com a criação do Departamento de Educação Financeira (DEPEF), atual Departamento de Promoção da Cidadania Financeira, percebeu-se a necessidade de sistematização das ações que já vinham sendo realizadas e compilação do conteúdo trabalhado em um material. Nesse mesmo momento, o BC, objetivando obter mais capilaridade e atingir um número maior de pessoas em suas ações, buscou parcerias para o desenvolvimento de um Programa de educação financeira que, estruturado em forma de *“um programa permanente, que pudesse ser replicado por outros atores e atingisse milhões de pessoas”*.

Tendo em vista a existência de uma parceria de longa data e confiança entre as duas instituições, o BC e o SESCOOP firmaram em 2013 um acordo de cooperação técnica com o propósito da criação do PFFGFP. Para o BC *“o fato de o SESCOOP possuir uma rede estruturada com mais de 6.000 cooperativas, de ter a missão institucional de capacitação dos cooperados, além de possuir conhecimento em educação e de existir confiança entre as partes, fruto de parceria de longa data, foi decisivo para a escolha do parceiro”*. Na outra ponta, o SESCOOP enxergava no BC um parceiro que *“tinha competências complementares e alinhamento de propósitos, o que proporcionaria sinergia às duas partes”*.

Alinhado aos objetivos do BC, O SESCOOP buscava disseminar educação financeira entre os cooperados. De acordo com uma de suas gestoras: *“Queríamos um público cooperativista mais consciente da importância da realização da gestão de finanças pessoais. Além disso, esperamos que o nosso público perceba e vivencie os impactos diretos e indiretos da educação financeira para o desenvolvimento da comunidade, da cooperativa e do município”*.

Podemos afirmar que os propósitos institucionais e os objetivos e metas das duas instituições desenvolvedoras do PFFGFP, na época do seu desenvolvimento, eram muito parecidos.

Dessa forma, baseado na metodologia freireana e tendo como proposta de ensino a andragogia e o aprendizado a partir das vivências dos alunos, surgiu o PFFGFP, que nos anos de 2016 e 2017 teve suas 24 primeiras turmas, sendo duas delas desenvolvidas no município de Chapada Gaúcha.

Com o intuito de conhecermos o porquê da seleção desse município mineiro, perguntamos quais seriam seus diferenciais. Segundo uma das chefias do BC, o grande diferencial desse município era a existência de uma política pública visando ao desenvolvimento local (inserção da disciplina educação financeira no currículo e formação de professores) já em curso. *“Nesse município a educação financeira vinha recheiar um projeto já existente, não seria um curso a mais, mas sim, uma complementação a um projeto já implementado (educação cooperativista e empreendedora). Nos outros casos a cooperativa recebeu o curso sem ter um projeto de desenvolvimento local”*. Além desse propósito bem definido, pudemos perceber que outro diferencial foi a pró-atividade da cooperativa demandante, demonstrando interesse e valorização pelo produto ofertado.

Além disso, de acordo com um dos gestores do BC: *“resolvemos apostar em Chapada Gaúcha como uma experiência local para ser modelo, para ser caso, suporte para outros atores fazerem coisa parecida”*.

Podemos depreender que a opção por Chapada Gaúcha pelos gestores do PFFGFP se deu pelo alinhamento quanto à importância de um projeto de desenvolvimento local. Nesse caso, estava em curso no município um projeto que visava proporcionar às novas gerações conhecimentos de empreendedorismo, cooperativismo e educação financeira a fim de que elas tivessem condições de, no futuro, serem ferramentas de transformação. A fala de uma gestora corrobora nossa percepção: *“Vemos a educação dos jovens como motor para a transformação local, para o desenvolvimento local”*.

Dessa forma, acreditamos que a educação, é um dos fatores essenciais para o desenvolvimento econômico de um país, pois ela é um instrumento importante para a qualificação do capital humano, sendo cada vez mais necessário no mundo atual. Sem qualificação é praticamente impossível um país se manter, desenvolver, progredir e competir com outros países.

b) Percepção do atual estágio e desafios para o PFFGFP

A maior parte dos gestores do PFFGFP acredita que o Programa é ainda bastante jovem e que tem potencial para se solidificar como uma política pública de educação financeira. Para um gestor do BC *“é hora de dar uma guinada, de estimular os parceiros a utilizar o que já foi feito (materiais, facilitadores formados)”*. Já para o SESCOOP *“o interesse ao Programa vem crescendo a cada ano, ganhando o interesse dos cooperados, dos colaboradores e dos profissionais que já atuam com este tema”*.

Dois desafios apareceram com destaque: o primeiro deles é a motivação dos facilitadores formados para darem continuidade às ações de educação financeira. De acordo com o BC *“Incentivo, pessoas precisam de incentivo, no curto prazo é fácil, mas no longo prazo precisam receber. As instituições precisam investir, ver que aquilo vai trazer benefícios para o seu negócio, que é importante para os colaboradores e os cooperados”*. Assim, acredita-se que com incentivos, financeiros ou não, os facilitadores sintam-se motivados a desenvolverem ações de educação financeira.

O segundo desafio, de acordo com o SESCOOP *“é a implementação de ferramentas para medir a eficácia de nossa ação, tanto em termos quantitativos, como qualitativos”*. Essa necessidade também é apontada pelos gestores do BC, pois o que se tem hoje é somente o número de ações realizadas e de pessoas atingidas por elas, e é primordial que seja analisada a viabilidade de um Programa a partir do seu impacto na vida da população.

Carga horária excessiva, adequabilidade do material didático com a ação desenvolvida e burocracia são também levantados pela maior parte gestores como desafios a serem trabalhados.

No geral o PFFGFP é bem avaliado pelos seus gestores, tendo em vista a percepção de que, apesar de não haver métricas que afirmam seus impactos, ser inegável sua contribuição positiva nas vidas das pessoas que recebem suas ações, apesar dos desafios que ainda carecem de solução.

3.1.1.5. Atores: Gestores Locais do Programa de Formação de Facilitadores em Gestão de Finanças Pessoais (PFFGFP)

Nessa seção apresentaremos e analisaremos percepção dos gestores responsáveis pela implementação do PFFGFP no município de Chapada Gaúcha, bem como de um vereador e de uma secretária de educação que atuaram no período de formulação e inserção da lei que introduziu os conteúdos de educação financeira no currículo escolar.

a) Interesse pelo PFFGFP

O interesse pelo PFFGFP, de acordo com um dos gestores locais, surgiu com o intuito de desenvolver a sustentabilidade econômica no município, segundo ele: *“a sustentabilidade econômica serve de suporte para as outras sustentabilidades. Como pensar a cooperativa para os próximos 200 anos sem uma população economicamente saudável?”*.

Nessa seara, com o intuito de que as próximas gerações tivessem ferramentas para no futuro gerar transformação social, se desenvolverem e, conseqüentemente, contribuïrem para o desenvolvimento da comunidade em que vivem, em 2013 a cooperativa Credichapada iniciou as tratativas com a Câmara de vereadores e a Secretaria municipal de educação para a inserção dos conteúdos de educação financeira, empreendedora e cooperativista no currículo escolar das escolas.

A inserção desse tripé ocorreu formalmente no ano de 2016 com a sanção da lei e a introdução da disciplina Cultura Empreendedora, Cooperativista e Financeira no currículo escolar das escolas municipais. Todavia, vale comentar que em 2015 cerca de dez escolas já ofertavam essa disciplina em caráter experimental e de forma voluntária.

Para que esse projeto fosse implementado, necessitava-se de professores capacitados nas três frentes do tripé. Assim, o SICOOB Credichapada encarregou-se da capacitação na área de cooperativismo, o SEBRAE na de empreendedorismo e, por fim, o BC, procurado pelas lideranças locais, aderiu ao projeto e comprometeu-se com a formação de facilitadores que, por sua vez, capacitariam em educação financeira professores da rede pública através do PFFGFP.

b) Seleção dos participantes e Sensibilização da comunidade

Uma das curiosidades que tínhamos ao iniciar essa pesquisa era de como havia sido feita a seleção dos participantes das duas turmas do PGFFGFP que foram desenvolvidas nesse município, pois acreditávamos que a seleção, junto do papel exercido pelas lideranças locais, seriam diferenciais para a permanência e engajamento dos facilitadores no Programa.

De acordo com um dos gestores, foi realizada uma avaliação de perfil prévia para a seleção dos facilitadores, após isso, *“foram selecionadas pessoas que já tinham feito alguma ação de cunho social ou voluntário na comunidade. Também demos preferência a pessoas com formação voltada para exatas”*. Foi nos relatado que todos os selecionados aderiram voluntariamente ao Programa, ninguém foi obrigado a participar, mesmo funcionários da Credichapada.

Outro fato levado em consideração durante a seleção foi a representatividade dos municípios ao redor, a fim de que os facilitadores formados disseminassem conhecimentos nessas

localidades também. Dessa forma, participaram do PGFFGFP pessoas advindas dos municípios de Chapada Gaúcha, Urucuia, Pintópolis, São Francisco e Januária.

Em relação à capacitação dos professores da Rede municipal, um dos gestores relatou que foram procurados o secretário municipal de educação e o superintendente de ensino e diretores de escolas visando sensibilizar acerca da importância da capacitação em educação financeira aos professores, o que culminou na inserção do tema nas capacitações previstas no calendário escolar. *“Já os professores aderiram, pois o conhecimento é útil”*, de acordo com o gestor.

Percebemos que a sensibilização da comunidade para a importância do tema acontece mais através do *“boca a boca”*, de relatos e depoimentos de quem participou de alguma atividade para a comunidade, do que através de alguma ação formal. O mesmo gestor afirmou que *“as pessoas ouvem falar das ações de educação financeira e muitas vêm nos procurar. No momento em que 10% têm interesse, são guiadas e os outros veem isso e também tem interesse”*. Também para ele, a sensibilização do público vem ocorrendo devido à importância do tema, ao assunto fazer sentido para as pessoas.

Ainda, segundo a liderança local, a adesão maciça dos facilitadores e sua permanência no Programa são conquistadas devido a muito investimento de energia e financeiro. *“Contratamos um pedagogo que já tinha conhecimento e relacionamento com a secretaria de educação e com os professores. Investimos nisso”*, afirmou um dos gestores.

Por fim, para a liderança local: *“O PFFGFP é um programa que tem condições de daqui a 10 anos colocar o Brasil em outro patamar”*. Corroborar essa percepção o exemplo da Escola Municipal de Marimbas, localizada na zona rural de Chapada Gaúcha, em que todos os professores receberam o Curso de Gestão de Finanças Pessoais, e que hoje é destaque no IDEB. De acordo com o gestor, nessa escola também foi presenciado diminuição da indisciplina e melhora no comprometimento dos alunos.

Outro resultado fruto do projeto de desenvolvimento local em andamento nesse município foi a formação de lideranças. Na mesma escola citada, os alunos desenvolveram uma cooperativa de produção onde põem em prática os conhecimentos adquiridos na nova disciplina. São os próprios alunos que fazem a gestão da cooperativa. De acordo com um dos gestores locais, *“a presidente da cooperativa mudou de escola, mas outros líderes surgiram”*. Ainda, *“se em Marimbas em 2 anos formamos pelo menos 4 pessoas com capacidade e coragem para liderar, imagina o que a continuidade desse Projeto nos reserva”*.

3.1.1.6. Percepções dos participantes (incluindo todos atores) na pesquisa acerca da relação entre desenvolvimento local e educação financeira

Neste tópico abordaremos a percepção de todos os atores envolvidos na pesquisa. Optamos por não separá-los, tendo em vista que essa pergunta foi feita a todos, desde gestores do PFFGFP até cidadãos que receberam as ações de educação financeira.

Depreendemos das entrevistas realizadas com os gestores do PFFGFP que desenvolvimento local já estava em suas bases conceituais. De acordo com uma das chefias do DEPEF: “... *quando se começa a trabalhar com cooperativas, percebemos que o cooperativismo é uma forma de desenvolvimento local e que a educação financeira vai contribuir para isso...*”. No mesmo sentido, uma das lideranças do SESCOOP afirma: “*essa relação é diretamente proporcional, pois uma comunidade onde as pessoas possuem boa relação com o dinheiro, o desenvolvimento local e o ambiental tendem a acontecer conseqüentemente*”.

Diversos estudos apontam a relação existente entre cooperativismo e desenvolvimento local. De acordo com Luiz Vicente Suzin (presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina): “*Desenvolvimento não é papel apenas dos governos, mas de todos os atores de uma região: governos, iniciativa privada e indivíduos. As cooperativas são um fator primordial no desenvolvimento regional pela possibilidade de gerar empregos, empreendedorismo e distribuição de renda.*”

A percepção de que desenvolvimento local está relacionado ao nível de educação financeira da população mostra-se presente nos discursos de todos os atores sociais envolvidos nesse estudo. A liderança local buscou o PFFGFP com o intuito de complementar uma lacuna existente no projeto de desenvolvimento local em andamento no município, os instrutores e facilitadores se dispuseram a participar do Programa crendo que ele faria a diferença na vida da comunidade. Segundo um dos facilitadores e gestor local do Programa: “*Estamos nas escolas com alunos que daqui a 10 ou 15 anos terão uma consciência muito diferente da que temos hoje. Essas pessoas farão com que o município se desenvolva de forma sustentável*”.

As mudanças relatadas pelos cidadãos que participaram das ações de educação financeira, percebidas em seus próprios comportamentos e no da comunidade próxima a eles, como: pesquisar preços, honrar suas dívidas, evitar compras por impulso; associadas à multiplicação do conhecimento que vem sendo realizada por eles mesmos, levam a crer que, no médio prazo, possam ocorrer alterações positivas nos índices econômicos do município, impactados pelas mudanças comportamentais apresentadas.

3.1.2. Dados recebidos de institutos de pesquisa e instituições financeiras

Tabela 6 – Evolução de indicadores econômicos

Modalidade	2012	2014	2017
Depósitos totais (à vista e aplicações) ⁹	R\$ 3.250.696,48	R\$ 7.883.531,06	R\$ 11.593.011,37
Contratações em créditos rurais (carteira ativa) ¹⁰	R\$ 175.482.837.497	R\$ 270.803.486.226	R\$ 275.983.661.568
Produto Interno Bruto Municipal	R\$ 113.532.00,00	R\$ 121.190.000,00	R\$ 133.194.000,00 ¹¹

Fonte: FJP, SICOOB, SCR.

Depreende-se da tabela acima que houve aumento nos saldos de depósitos totais e de carteira ativa em créditos rurais. O mesmo percebemos em relação ao PIB municipal.

Todavia, não podemos aferir o quanto desse aumento se justifica pelas ações de educação financeira desenvolvidas no município, já que muitos fatores econômicos interferem nesses indicadores.

4. CONCLUSÃO

A fim de analisar as contribuições da Rede de Cidadania Financeira, por meio da atuação dos facilitadores formados no Programa de Formação de Facilitadores em Gestão de Finanças Pessoais (PFFGFP), como promotora ou apoiadora do processo de desenvolvimento local nas comunidades onde está inserida, estudamos o caso de município de Chapada Gaúcha, situado na região norte de Minas Gerais.

Para tanto, realizamos pesquisa exploratória visando contextualizar histórica e economicamente o país e o município estudado, com o intuito de percebermos as variáveis que proporcionaram a inserção do tema educação financeira em suas agendas. Além disso,

⁹ Os dados de depósitos à vista e de investimentos dizem respeito somente à Cooperativa SICOOB Credichapada.

¹⁰ Dados extraídos do Sistema SCR - BC

¹¹ PIB referente ao ano de 2015

apresentamos a duas principais estratégias adotadas pelo BCB para a disseminação de suas ações presenciais de educação financeira: A Rede de Cidadania Financeira e o PFFGFP, ambos inseridos na Agenda BC+ e no Plano para o Fortalecimento da Cidadania Financeira.

Além disso, através de pesquisa de campo colhemos a percepção de 27 atores envolvidos diretamente com o PFFGFP no município ora estudado. Entrevistamos gestores, lideranças locais, instrutores, facilitadores e cidadãos com o intuito de obtermos uma visão plural de todo o processo. Agrupamos suas respostas em categorias e, por fim, as analisamos à luz das contribuições trazidas pelas pesquisas exploratórias.

Em um primeiro momento, podemos afirmar que a entrada do tema Cidadania Financeira nas agendas nacional e internacional é relativamente novo. No cenário internacional ela entra com mais força em 2008 através da OCDE. Dois anos após, no Brasil, é instituída a Estratégia Nacional de Educação Financeira. O BC, apesar de já desenvolver ações isoladas de educação financeira desde o ano de 2003, somente em 2012 tem a estruturação de uma área responsável pela temática. Percebemos que ao longo desses 6 anos muitas coisas foram feitas, surgiram grandes parcerias, o tema ganhou força e hoje está inserido dentro da agenda prioritária de trabalho do BC, a Agenda BC +, gerida diretamente pelo presidente da instituição.

No âmbito dessas parcerias, surge o PFFGFP, inserido dentro do Programa Cidadania Financeira e do Plano de Fortalecimento da Cidadania Financeira. Em sua concepção, o PFFGFP trazia em si o objetivo de que milhares de pessoas fossem atingidas com ações de educação financeira e que, com isso, conseguissem desenvolver mudanças em seus comportamentos financeiros, de modo a virem ter mais qualidade de vida. Nesse sentido, percebemos que, mesmo implicitamente, os objetivos estratégicos do PFFGFP se relacionavam com desenvolvimento local, pois, naquele momento, através das cooperativas, que historicamente estão situadas nos menores municípios, se buscava desenvolver comunidades cada vez fortes a partir das ações financeiras conscientes de sua população.

Chapada Gaúcha, caso estudado nessa pesquisa, é um exemplo disso. Nesse pequeno município de pouco mais de 10.000 habitantes há a presença forte da liderança cooperativa, que através da articulação com os demais setores civis e políticos existentes nesse local, promove o desenvolvimento do município.

Através das entrevistas realizadas com todas as categorias de atores, percebemos que os gestores locais desempenharam um papel diferenciado do percebido na maior parte das turmas realizadas. Eles estiveram presentes em todos os momentos do processo, desde na demanda do Programa, passando pela seleção dos participantes e, por fim, agiram na articulação com a

comunidade para a implementação das ações de educação financeira. Acreditamos que esse papel desempenhado se deva em grande parte à influência que a cooperativa exerce no município e ao fato de a cidade ser pequena, o que proporciona um contato mais próximo com a população.

Além disso, cremos que a existência de um projeto de desenvolvimento local no município foi o fator primordial para seus bons resultados. No caso estudado, o município havia implementado a disciplina Cultura empreendedora, cooperativista e financeira no currículo escolar e precisava capacitar seus professores para a inserção desse conteúdo em sala de aula. Assim, o Programa não foi executado como uma ação isolada, mas como parte de algo maior já existente e consolidado no município.

Outro fato a se observar e que de acordo com nosso entendimento contribuiu para o bom desenvolvimento do PFFGFP, foi a seleção dos facilitadores. A maior parte deles já exercia alguma atividade comunitária ou de voluntariado no município e tinha concepção forte da importância da educação financeira para a melhor qualidade de vida da comunidade e, for fim, para seu desenvolvimento.

Acreditamos que, apesar de quase todos os facilitadores já terem realizado atividades voluntárias anteriormente, se faz presente a necessidade de um reforço positivo, financeiro ou não, para que haja motivação por parte deles para a continuidade das ações de educação financeira.

Em relação aos cidadãos, a maior parte dos entrevistados tem a percepção de que sua vida financeira mudou após a participação nas ações de educação financeira. Percebemos que eles estão tentando colocar em prática os conhecimentos adquiridos, apesar da existência de algumas limitações, como baixos salários e famílias numerosas. Os entrevistados demonstraram ter ciência de que seu comportamento reflete no desenvolvimento da comunidade.

Por fim, acreditamos que esse modelo de gestão e de disseminação do PFFGFP adotado pelas lideranças locais é possível de ser replicado a outras realidades com características parecidas, como: lideranças representativas, densidade populacional baixa, comunidade integrada, dentre outros.

A autora sugere que sejam realizadas pelo BC intervenções para avaliação do impacto dos resultados do PFFGFP nesse município, bem como nos demais que participaram do Programa, visando corroborar as percepções relatadas pelos participantes dessa pesquisa, além de fornecer subsídios para o contínuo aperfeiçoamento de suas políticas públicas de educação financeira.

5. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

MONTEIRO, C. N. C. **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2017. 475 p.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. VI Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira. **Plano de Ação para Fortalecimento do Ambiente Institucional**, 2014. Disponível em: <https://inclusaofinanceira.bcb.gov.br/parcerianacional/Paginas/3-3_plano-de-acao-para-fortalecimento-do-ambiente-institucional.aspx>. Acesso em: 03 /03/ 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Cidadania Financeira. **Plano para Fortalecimento da Cidadania Financeira**, 2017. Disponível em: <https://cidadaniafinanceira.bcb.gov.br/forum/Documents/2016/Plano_Fortalecimento_da_Cidadania_Financeira.pdf>. Acesso em: 03 /03/ 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. BC Mais - agenda de medidas estruturais do Banco Central. **Agenda BC+**, 2018. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/c/BCMAIS/>>. Acesso em: 03 /03/ 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Cidadania Financeira. **Como o programa Cidadania Financeira pode ajudar sua organização a ser mais eficiente?** Disponível em: <<https://cidadaniafinanceira.bcb.gov.br/>>. Acesso em: 03 /03/ 2018.

BRASIL, B. C. D. Cidadania Financeira. **Relatório de Inclusão Financeira**, 2015. ISSN 2179-6696. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/Nor/reincfin/RIF2015.pdf>>. Acesso em: 03 /03/ 2018.

DIEESE, D. I. D. E. E. S. E. Nota Técnica. **Política de Valorização do Salário Mínimo Depois de 20 anos, reajuste fica abaixo da inflação (INPC)**, 2017. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTecsalarioniminimo2017.pdf>>. Acesso em: 03 /03/ 2018.

DINIZ, C. C. B. L. M. **Economia e território**. Belo Horizonte: UFMG, 2005. 578 p.

ENEF, E. N. D. E. F. -. Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF. **Conceito de Educação Financeira no Brasil**, 2017. Disponível em: <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/educacao-financeira-no-brasil/>>. Acesso em: 15 /11/ 2017.

F.; BIANCHI, A. A. Guia de Economia Comportamental. **Guia de Economia Comportamental**, 2014. Disponível em: <<http://www.economiacomportamental.org/>>. Acesso em: 25 /03/ 2018.

IBGE, I. B. D. G. E. E. Censo Demográfico. **O que é**, 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/saude/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 03 /03/ 2018.

LOGISTAS, C. N. D. D. Notícias. **Inadimplência estabiliza em 2017 e fecha dezembro com 60,2 milhões de brasileiros negativados, mostra estimativa do SPC Brasil**, 2018. Disponível

em: <<http://site.cndl.org.br/inadimplencia-estabiliza-em-2017-e-fecha-dezembro-com-602-milhoes-de-brasileiros-negativados-mostra-estimativa-do-spc-brasil/>>. Acesso em: 2018 /03/ 03.

MANCE, A. E. **A revolução das redes:** a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.

MELLO, V. R. Sistemas de Bibliotecas FGV. **Educação Financeira e Psicologia Econômica – uma discussão e algumas recomendações**, 2012. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/18872/GVcef_Ferreira.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 /11/ 2017.

NETO, F. P.; FROES, C. **Empreendedorismo Social:** A transição para a sociedade sustentável. 2ª. ed. Curitiba: Elsevier, 2004. 232 p.

OECD. Better Policies for Better Lives. **In It Together Why Less Inequality Benefits All**, 2015. Disponível em: <<http://www.oecd.org/social/in-it-together-why-less-inequality-benefits-all-9789264235120-en.htm>>. Acesso em: 03 /03/ 2018.

OECD. Better Policies for Better Lives. **Financial education and consumer protection**, 2018. Disponível em: <<http://www.oecd.org/finance/financial-education/>>. Acesso em: 03 /03/ 2018.

ORTEGA, A. C. **Território, políticas públicas e estratégias de desenvolvimento**. Campinas: Alínea, 2007. 255 p.

SAITO, A. T. **Dissertação (Mestrado em Administração) Uma contribuição ao desenvolvimento da educação em finanças pessoais no Brasil**. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2008.

SELA, V. M. **Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) A atuação dos atores no processo de formação da agenda de inclusão financeira no Brasil**. Fundação Getúlio Vargas. São Paulo. 2017.

